

Contrato de adesão à Rede Vinti4-Particulares

Caixa Económica de Cabo Verde



caixa

Data

Agência

N° de Cliente

Identificação do proponente

Nome*

Morada*

Código Postal

Telefone

Telemóvel

Email

Declaração

1 - Tomei conhecimento e aceito na integra as condições Gerais de utilização do Cartão das quais recebi um exemplar.

2 - Aceito que a Caixa se reserve o direito de recusar este pedido sem qualquer justificação.

3 - Tomei igualmente conhecimento que os dados recolhidos neste impresso são confidenciais e serão processados informaticamente, destinando-se a utilização nas relações comerciais com a Caixa, podendo os interessados ter acesso à informação que lhes diga respeito e solicitar eventuais correções junto dos Balcões da Caixa.

4 - De igual modo, declaro ter conhecimento que o cartão será cancelado e destruído, caso não for levantado no prazo de 1(um) ano.

Tipo de cartão:*

Vinti4 Normal ☒Outro ☒

Nome do cartão

Nome abreviado a figurar no cartão (máximo 27 caracteres incluindo espaços)*

*Renovação automática do cartão mediante o débito das despesas associadas na conta D.O. : Sim ☐Balcão de entrega: _____ Não ☐

Assinatura do titular

em

Termo de entrega e recepção do cartão

Declaro que

Recebi o cartão com o N°

em

Assinatura do titular do cartão

Documento de Identificação

Tipo

N°

Agência/Balcão

Nome do colaborador da Agência/Balcão

Espaço reservado aos serviços da Caixa Económica de Cabo Verde

Agência/Balcão receptor do pedido

em

Nome do colaborador

Despacho

Decisão:

Pedido aceite ☒Pedido recusado ☒

Nome do colaborador

em

Nome de quem executou

em

*Preenchimento obrigatório

Contrato de adesão à Rede Vintí4-Particulares

Caixa Económica de Cabo Verde



Condições Gerais de Utilização

Pretendo celebrar um contrato de utilização do cartão Vintí4, nos termos das Condições Gerais de utilização a seguir estipuladas, que para todos os efeitos fazem parte integrante do presente contrato.

Solicito a emissão, em meu nome, do Cartão Vintí4 que permite o acesso aos Caixas Automáticos (ATMs) da Rede Vintí4 e aos Terminais de Pagamento Automático (TPAs) da Rede Vintí4, e a outros meios de pagamento automático ligados às redes referidas ou outras, com as quais o Banco ou a Rede Vintí4 venha a celebrar acordos de utilização.

Condições Gerais

1. O cartão emitido pelo Banco, em nome do titular, destina-se apenas ao uso pessoal deste, que assume a inteira responsabilidade pela sua utilização, nos termos das presentes Condições Gerais.
2. O cartão é propriedade do Banco, assistindo a este o direito de exigir a sua restituição bem como de proceder à sua retenção, sempre que se verifique a sua utilização desconforme com as presentes Condições Gerais ou o titular renuncie à sua utilização e nos demais casos previstos nestas Condições Gerais e na Lei.
3. Ao titular do cartão será atribuído um número de Código Secreto, que constitui para o efeito a sua identificação, o qual será do exclusivo conhecimento do titular do cartão e que, juntamente com o cartão, lhe possibilita o acesso às ATMs e aos TPAs identificados acima.
4. O Banco assegura a confidencialidade do Código Secreto, que apenas comunicará ao Titular.
5. Todos os movimentos a débito efectuados através da utilização do cartão serão lançados na conta à ordem associada, que o titular mantém junto do Banco, adiante designada Conta Vinculada.
6. O titular obriga-se a garantir a segurança do Cartão e do seu Código Secreto e a sua utilização rigorosamente pessoal e directa, designadamente:
 - Não permitindo a sua utilização por terceiros, ainda que seus mandatários;
 - Não comunicando a terceiros o seu Código Secreto;
 - Memorizando o seu Código Secreto e abstendo-se de o anotar, por qualquer forma ou meio, nomeadamente, directamente ou por forma que seja inteligível ou de algum modo acessível a terceiros e, especialmente, no próprio cartão ou em documento que habitualmente seja guardado junto deste ou que o acompanhe.
7. O titular do cartão obriga-se a comunicar ao Banco:
 - O extravio, furto, roubo ou falsificação do cartão;
 - O lançamento incorrecto na Conta Vinculada de quaisquer operações;
 - O lançamento na Conta Vinculada de qualquer operação não autorizada.
8. O titular do cartão tem a obrigação de tomar todas as medidas necessárias ao apuramento imediato dos factos e das circunstâncias acima descritas.
9. A comunicação do extravio, furto, roubo ou falsificação do cartão para efeitos das condições seguintes, nomeadamente da 12ª, obriga ao pagamento da quantia prevista para o efeito no preçário em vigor, a qual será debitada na Conta Vinculada.
10. A comunicação mencionada na cláusula anterior deve ser efectuada logo após a ocorrência do facto, através dos telefones nº 8002424 ou 62 40 66 que, para o efeito, se encontrará em funcionamento 24 horas por dia, devendo o cliente apresentar os seguintes elementos de identificação: nome, número da conta e/ou nº do cartão.
11. A comunicação deverá ser confirmada, por escrito, junto do Banco, no prazo de três dias após a ocorrência do facto.
12. O Banco obriga-se a efectuar todas as operações que lhe sejam transmitidas através da utilização conjugada do cartão e do Código Secreto, salvas as excepções previstas nestas Condições Gerais e na Lei.
13. O Banco procederá ao lançamento na Conta Vinculada de todos os movimentos a débito ou a crédito, nos termos da cláusula anterior, logo que tome conhecimento dos mesmos.
14. Presume-se o conhecimento dos movimentos pelo Banco às 18 horas do primeiro dia útil seguinte àquele em que a transmissão foi recebida.
15. O Banco não se responsabilizará pelos prejuízos sofridos em consequência do lançamento de movimentos na Conta Vinculada em momento diverso dos referidos na Cláusula anterior.
16. O Banco obriga-se a impedir a movimentação da Conta Vinculada através do cartão após a primeira comunicação do extravio, furto, roubo ou falsificação do cartão.
17. Os prejuízos sofridos pelo titular em consequência de operações não lançadas ou incorrectamente lançadas na Conta Vinculada serão da responsabilidade do Banco, salvo quando este prove, pela apresentação dos registos que mantinha, que esta foi correctamente autorizada e registada, e que no momento da sua realização não se verificou qualquer avaria do sistema.
18. Os prejuízos sofridos pelo Titular, em virtude da utilização fraudulenta no período anterior à comunicação referida na Cláusula 6ª, serão integralmente da responsabilidade do Titular.
19. Os prejuízos causados pela utilização fraudulenta do cartão por terceiros, após a comunicação referida na cláusula 6ª, serão da responsabilidade do Banco, salvo quando se verifique qualquer anomalia na recepção de dados pela ATM, caso em que o Banco apenas responderá pelos prejuízos em consequência de operações realizadas nessa ATM doze horas após a comunicação mencionada.
20. Em qualquer dos casos referidos nas cláusulas 14ª e 15ª, o titular responderá integralmente pelos prejuízos sofridos se tiver violado qualquer das obrigações emergentes da cláusula 5ª, se tiver demorado excessivamente a comunicar o facto ou se, por qualquer outro modo, haja facilitado, com dolo ou culpa grave, a utilização fraudulenta do cartão.
21. O Banco será responsável pelos prejuízos directos causados ao titular devido a uma deficiência do sistema directamente sob o controlo do emissor. O termo "prejuízos directos" cobre apenas o valor do capital debitado na conta do titular e todos os juros sobre ele devidos. O termo "directamente" cobre todo o equipamento e locais em que o Banco tenha autorizado a utilização do cartão.
22. O Banco não pode ser considerado responsável por qualquer prejuízo causado por uma falha técnica do sistema de pagamento, se desta tiver sido dado conhecimento ao titular através de uma mensagem escrita no visor do aparelho ou desde que ela se torne óbvia por qualquer outra forma.
23. Caso o titular tenha contribuído para a falha, o Banco não se responsabilizará pelos prejuízos daí adveniente.
24. Quando a Conta Vinculada não apresente saldo suficiente, o Banco poderá não autorizar o movimento a débito solicitado através do cartão. Se, no entanto, o movimento for efectuado, o Banco fica desde já autorizado a proceder ao lançamento de tais débitos em qualquer outra conta de Depósitos à Ordem que o Titular, individual, ou solidariamente, mantenha junto do Banco, bem como a proceder à compensação por outros créditos seus sobre o Banco.
25. O Banco não garante o permanente funcionamento das ATMs nem dos TPAs.
26. O Banco poderá proceder, a qualquer momento, à substituição do cartão.
27. O Banco poderá proceder à alteração das presentes Condições Gerais, comunicando por escrito as cláusulas alteradas e o teor das alterações.
28. O titular poderá proceder à rescisão do contrato no prazo de 15 dias após o envio da comunicação pelo Banco. A rescisão deverá ser comunicada ao Banco por escrito e acompanhada da devolução do cartão. A rescisão só se considera eficaz após recepção do cartão pelo Banco.
29. Decorrido o prazo referido na cláusula anterior sem que o titular tenha procedido à rescisão do contrato, as alterações propostas consideram-se aceites, valendo o silêncio do titular como aceitação.
30. Qualquer das partes pode, a todo o tempo e sem necessidade de aviso prévio, denunciar o presente contrato.
 - a) A denúncia deve ser comunicada por escrito à contraparte.
 - b) A comunicação da denúncia presume-se recebida três dias após a data da sua expedição pelo correio. Decorrido esse prazo, o Banco fica autorizado a impedir a utilização do cartão nas ATMs e nos TPAs.
 - c) Em caso de denúncia, o titular obriga-se a não efectuar qualquer operação com o cartão e a restituí-lo 48 horas após a denúncia.
31. O Banco deve guardar durante um período de tempo suficiente registos internos, de modo a permitir a identificação das operações e a correcção dos erros.
32. O Banco pode reter o cartão por razões de segurança do sistema ou em caso de utilização abusiva, indevida ou irregular pelo titular ou por terceiros. A retenção de um cartão por um terminal presume-se feita por razões de segurança do sistema.
33. O Banco debitará anualmente a Conta Vinculada no montante correspondente estabelecido no preçário em vigor, por cada cartão nela emitida.
34. Para as questões emergentes do presente acordo e dos actos praticados em consequência dele será unicamente competente o foro da Comarca da Praia.